

## **TURISMO SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA**

**Cristiane do Nascimento Brandão** - cristianne.brandao@gmail.com  
Mestre em Administração pela EAESP/FGV

**José Carlos Barbieri** – Jose.barbieri@fgv.br  
Doutor em Administração e prof. do PPG (FGV/EAESP)

**Luis Claudio de Jesus Silva** – Luisclaudiojs@gmail.com  
Doutorando em Administração (UFMG) – Prof. do Dpto de Administração UFRR

**RESUMO:** O objetivo deste artigo consiste em analisar de que forma o turismo pode se tornar um instrumento para favorecer o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas, bem como, conhecer o posicionamento de instituições indigenistas e não indígenas quanto ao desenvolvimento e regulamentação da atividade. O trabalho analisa ainda os possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos provenientes da atividade, tendo em vista que a atividade pressupõe forte interação com o meio ambiente e comunidades indígenas. Este estudo exploratório se baseia na análise qualitativa de dados tanto secundários (documentos, material publicado e relatórios), como primários (entrevistas estruturadas aplicadas a lideranças e membros da comunidade indígena Nova Esperança e aos representantes de órgão indigenista). A escolha desta comunidade deu-se em função de a mesma apresentar uma conduta empreendedora e desenvolver desde 2001 a atividade turística. Observou-se que as lideranças indígenas veem no turismo uma forma de obter renda, valorização da cultura e melhoria da qualidade de vida. Algumas lideranças afirmaram que tem dificuldade em implementar o turismo em função do posicionamento da FUNAI, que por diversas vezes os proibiram de receber visitantes. A experiência da comunidade Nova Esperança com o ecoturismo enquanto atividade econômica pode ser considerada emblemática no Brasil. Como resultado identificou-se a satisfação da comunidade e a diferenciação da qualidade de vida promovida pelo turismo, assim como sua preocupação com o meio ambiente e valorização da cultura indígena. Observa-se ainda que pensar o empreendedorismo nesta ou em outras comunidades, acaba por causar desconforto para as autoridades, que por ausência de informação, conhecimento e sensibilidade não enxergam, o turismo como uma atividade econômica importante para a região Amazônica, preferindo a manutenção da dependência em relação ao poder público.

**Palavras-chave:** Turismo indígena, Roraima, Sustentabilidade

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to examine how tourism can become a tool to promote sustainable development in indigenous communities, as well as knowing the position of indigenous and non-indigenous institutions for the development and regulation of activity. The paper also analyzes the potential environmental, social and economic activity coming from, considering that the activity requires strong interaction with the environment and indigenous communities. This exploratory study is based on qualitative analysis of both secondary data (documents, reports and published material) as primary (structured interviews applied to leaders and members of New Hope Indian community and representatives of indigenous agency). The choice of this community has given up on the basis of the same conduct entrepreneurial introduce and develop the tourism industry since 2001. It was observed that indigenous leaders see in tourism a way of earning income, appreciation of culture and improved quality

of life. Some leaders said they have difficulty implementing tourism due to the positioning of FUNAI, who repeatedly forbade them to receive visitors. The New Hope community experience with ecotourism as an economic activity can be considered emblematic in Brazil. As a result we identified the community satisfaction and differentiation of quality of life promoted by tourism, as well as his concern for the environment and appreciation of indigenous culture. It was also observed that entrepreneurship thinking this or other communities, eventually cause discomfort to the authorities, which in the absence of information, knowledge and sensitivity not see, tourism as an important economic activity for the Amazon region, preferring to maintain dependence on the government.

**KEYWORDS:** Indigenous tourism, Roraima, Sustainability

## **INTRODUÇÃO**

Globalmente, o turismo indígena está em constante crescimento, principalmente em países como Austrália, Nova Zelândia, Canadá e África do Sul. Já no Brasil são poucas as iniciativas e o estudo sobre a atividade ainda é incipiente. Com o agravante de que o turismo indígena não possui nenhuma regulamentação. Por isso, é relevante verificar de que maneira a atividade vem ocorrendo nas comunidades indígenas brasileiras, bem como, analisar os impactos positivos e negativos provenientes do turismo.

Neste sentido, o objetivo deste artigo consiste em analisar de que forma o turismo pode se tornar um instrumento que favoreça o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas, bem como conhecer o posicionamento de instituições indigenistas e não indígenas quanto ao desenvolvimento e regulamentação da atividade. O trabalho analisa ainda os possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos provenientes da atividade, tendo em vista que a atividade pressupõe forte interação com o meio ambiente e comunidades indígenas.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Turismo Sustentável**

A definição clássica de desenvolvimento sustentável de “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas necessidades” foi formulada pela Comissão Brundtland em 1987 e divulgada no relatório denominado Nosso futuro Comum. Sveiby (2009) comenta que o debate sobre o desenvolvimento que promove tanto a sustentabilidade ambiental, quanto a justiça e equidade, é caracterizado por diversas tensões e diferentes perspectivas filosóficas e políticas.

No turismo, o conceito de sustentabilidade foi inicialmente estabelecido como uma noção de que existe a necessidade de equilibrar a inter-relação entre turismo e meio ambiente, que deve haver um compromisso entre os vários conflitos e o planejamento deve ser exercido. De maneira que a viabilidade a longo prazo da indústria seja salvaguardada (SWARBROOKE, 2000). Seja qual for o posicionamento, um tema comum entre essas perspectivas, é que o desenvolvimento do turismo sustentável tem como foco alcançar um nível de harmonia entre as partes interessadas para desenvolver uma qualidade de vida duradoura (BYRD, 2007). Assim, a sustentabilidade no turismo inclui: qualidade de vida das comunidades de acolhimento, a satisfação do visitante e uso adequado dos recursos naturais e sociais (HUNTER E GREEN, 1995; OMT, 2004).

A definição mais aceita na literatura de turismo sustentável foi desenvolvida pelo World Tourism Organization (WTO), que o define como: “o turismo que contribui para a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida”. Descrevem o desenvolvimento do turismo sustentável como um processo que atende às necessidades atuais dos turistas e das comunidades receptoras, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das gerações futuras (UNWTO, 2004).

Dessa maneira, o desenvolvimento do turismo sustentável requer a participação de todos os interessados (cidadãos, empresários e líderes comunitários), bem como, uma forte liderança política para garantir consenso nas decisões (WTO, 2004). O foco na participação das partes interessadas realça ainda mais a sua capacidade de lidar com vários problemas percebidos (WTO, 2004; BYRD, 2007; TIMUR E GETZ, 2009; BUTTS E SINGH, 2010). Outra questão abordada por Byrd (2007) é que as decisões sobre o desenvolvimento do turismo são feitas de cima para baixo, onde “especialistas” ou o poder público tomam as decisões que muitas vezes não refletem os interesses e opiniões da comunidade local. Butts e Singh (2010) afirmam que o desenvolvimento do turismo sustentável deve ter como foco principal as comunidades presentes, mas, sem deixar de buscar maneiras de salvaguardar as futuras comunidades. Byrd (2007) complementa que este foco é, em parte, devido à natureza intrínseca que o turismo tem de gerar efeitos tanto positivos como negativos sobre a comunidade, a economia e ao meio ambiente.

## 2.2 turismo Indígena

Quanto ao turismo indígena, Patterson (2001) comenta que existem muitas definições de turismo cultural indígena, mas a maioria delas reflete que pessoas, lugares e patrimônio formam a base do turismo. Já Hinch e Butler (1996) discutem um framework em que é dado ao turismo uma dimensão temporal e uma dimensão espacial, cercado pela indústria do turismo global, de modo que não só cultura, mas também o impacto da economia, política, demografia social e o ambiente físico são levados a dar suporte ao turismo indígena.

Para Bolnick (2003) o etno turismo envolve a exibição da cultura e do estilo de vida indígena para os visitantes. Isso se dá por meio de interações pessoais, facilitando a comunicação intercultural e a educação. Como resultado, constrói-se uma maior compreensão e tolerância entre diferentes culturas. Já Hitchcock (1999) afirma que turismo indígena se caracteriza pela busca pelo exótico, intocado, em sua forma autêntica. De forma a tornar o turismo indígena uma entidade mais ampla e mais autônoma, Hinch e Butler (1996) o definem como a atividade turística em que povos indígenas estão diretamente envolvidos, e sua cultura é a essência da atração.

Bolnick (2003) comenta que é necessária uma abordagem realista para entender e lidar com os impactos da globalização e do turismo sobre as populações indígenas. A expansão do turismo em áreas menos favorecidas economicamente é inevitável. Ao invés de questionar a conveniência do turismo, podem-se elaborar estratégias a serem adotadas para garantir que o turismo resulte em benefícios para os povos indígenas, e que os impactos negativos sejam minimizados. Ainda segundo o autor, pesquisas mostram que o crescimento do turismo já oferece benefícios definidos para os indígenas e que estes na maioria das vezes superam os custos.

Para que o turismo indígena produza resultados positivos, seu planejamento e gestão devem considerar as dimensões do desenvolvimento sustentável. Assim, devem-se levar em consideração os aspectos culturais, ambientais, sociais e econômicos. Lertzman e Vredenburg (2005) comentam que o desenvolvimento sustentável no contexto global é uma proposição transcultural. Para os autores, todas as culturas têm valor e significado para si, assim, cada um tem contribuições importantes para alcançar o desenvolvimento sustentável. Os povos indígenas têm um papel importante no diálogo inter-cultural sobre o desenvolvimento sustentável.

Da mesma forma, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD realizada no Rio de Janeiro em 1992, estabelece que “os povos indígenas, bem como outras comunidades locais, desempenham um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento do meio ambiente, em função de seus conhecimentos e práticas tradicionais”. O mesmo princípio completa que “os Estados devem conhecer e apoiar sua identidade, cultura e interesses, e assegurar sua participação efetiva no processo de busca do desenvolvimento sustentável” (CMMAD, 1991).

Assim, cada comunidade possui uma cultura própria e adaptada às suas necessidades, organizadas em um contexto específico onde a natureza é fundamental para o desenvolvimento de seu modo de vida (WEAVER, 2009).

Desse modo, Scheyens (1999) identifica quatro dimensões que podem ser avaliadas quando se examina o impacto do turismo sobre os povos indígenas, são eles: o poder econômico, a autonomia psicológica, o poder social e a autonomia política. O poder econômico se refere aos ganhos que o turismo pode proporcionar, se são duradouros, distribuídos equitativamente e se manifestam em melhorias físicas visíveis. A autonomia psicológica se refere à incorporação de maior autoestima e confiança dos povos indígenas. O poder social implica na manutenção ou melhoria do equilíbrio e da coesão da comunidade. Por fim, a autonomia política envolve estruturas de governança local representativas, sensíveis e eficazes.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo foi conduzido na comunidade indígena Nova Esperança localizada na reserva indígena São Marcos, no estado de Roraima. A escolha desta comunidade deu-se em função de a mesma apresentar uma conduta empreendedora e desenvolver a atividade turística desde 2001. Também é considerada uma das comunidades com melhor qualidade de vida na Amazônia.

A coleta dos dados qualitativos foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, que foi dividida em dois momentos. No primeiro momento foi aplicada aos moradores da comunidade Nova Esperança, que trabalham diretamente no turismo. Posteriormente, foi aplicado ao responsável e aos técnicos do órgão indigenista. Também foram analisados documentos (relatórios, projetos e materiais publicados) oriundos das próprias comunidades e de órgãos indigenistas.

#### 4. RESULTADOS

O objetivo deste artigo consistiu em analisar se o turismo pode ser considerado um instrumento que favorece o desenvolvimento sustentável em comunidades indígenas, bem como conhecer o posicionamento de instituições indigenistas quanto ao desenvolvimento e regulamentação da atividade. Foram analisados também, os possíveis impactos ambientais, sociais e econômicos provenientes da atividade.

##### 4.1 Turismo na comunidade Nova Esperança

As famílias que residem na Comunidade Nova Esperança são formadas por três etnias: Taurepang, Wapixana e Macuxi. São os povos com maior tempo de contato com a sociedade envolvente. Seus principais traços culturais sofreram profundas mudanças, na língua, na construção de suas habitações, hábitos alimentares, etc. Os Macuxi representam 50% da população, seguido dos Wapixana 40% e, por último, os Taurepang, 10%. Todavia, em termos de representação política e administrativa, os Wapixana é que lideram a comunidade, por terem sido os fundadores da mesma.

A comunidade Nova Esperança localiza-se na Terra Indígena São Marcos, uma das áreas indígenas mais antigas do estado de Roraima, norte do Brasil. Tendo sido demarcada em 1973 e homologada em 1991. Desde sua demarcação, São Marcos sempre teve a presença de não índios dentro da reserva, o que motivou o surgimento de conflitos pelas disputas de terra.

Após a homologação da Terra Indígena (T.I.) São Marcos e a saída dos não índios da reserva, a Comunidade Nova Esperança se instalou em 1996 numa área onde viviam cerca de dez agricultores que fizeram grandes desmatamentos para trabalhar a pecuária extensiva. Com a saída dos mesmos, a comunidade herdou uma quantidade de área sem mata nativa, os leitos de igarapés com alto grau de ações antrópicas e poucas caças também.

Em 2000 as lideranças indígenas se reuniram para elaborar um planejamento de curto, médio e longo prazo para a comunidade. Assim, foi criada a ONG PRONESP – Programa de Desenvolvimento Sustentável de Nova Esperança. Ao realizar, por meio da ONG, um diagnóstico da comunidade, verificou-se vários aspectos positivos como a boa localização, o fato de a comunidade não apresentar vícios de paternalismo, potencial para o ecoturismo, lagos perenes que poderiam ser adaptados para a criação de peixes, dentre outros.

A comunidade decidiu investir no turismo, e no primeiro trimestre de 2001 participou de uma oficina de sensibilização realizada por consultor do PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, do Ministério do Meio Ambiente.

Posteriormente, participou do 7º edital do PPP- Programa de Pequenos Projetos, gestado pelo ISPN-Instituto Sociedade, População e Natureza. O programa é financiado pelo Small Grants Programme (SGP), vinculado ao Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) da Organização das Nações Unidas. A execução dos projetos apoiados pelo PPP-ECOS se dá por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com interveniência do Escritório de Serviços de Projetos das Nações Unidas (UNOPS). O PRONESP teve aprovado um projeto para realizar a capacitação dos moradores da comunidade para que os mesmos tivessem preparados para receber os turistas.

Dessa forma, o PRONESP capacitou os moradores selecionados, realizou oficinas de artesanato, educação ambiental, gestão de resíduos e da água. Daí por diante a comunidade, ao longo dos últimos dez anos vem trabalhando no turismo. Atualmente, os moradores trabalham para melhorar a infraestrutura na comunidade, como a ampliação de restaurante, construção de pousada, melhorias no transporte e expansão das lojas de artesanatos. Os principais produtos turísticos da comunidade são as inúmeras trilhas ecológicas existentes, a principal delas é a Trilha do Coatá, que leva até um sítio arqueológico.

De acordo com os moradores da comunidade, o turismo trouxe os seguintes benefícios sociais, econômicos e ambientais. Resumidas no Quadro 1 estão as respostas mais citadas pelos moradores da comunidade indígena Nova Esperança, no que se refere aos benefícios do turismo:

<b>Sociais</b>	<b>Econômicos</b>	<b>Ambientais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação de uma estrutura organizacional para a gestão do turismo;</li> <li>- Aumentou a auto estima da comunidade;</li> <li>- Propiciou a valorização da cultura indígena;</li> <li>- Possibilitou autonomia para a comunidade;</li> <li>- Melhoria na qualidade de vida.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Geração de renda para a comunidade;</li> <li>- Criação de novos postos de trabalho;</li> <li>- Parcerias entre a comunidade e agências de viagem;</li> <li>- Capacitação e emprego para os jovens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Conscientização quanto a importância da conservação do ambiente;</li> <li>- Manutenção periódica das trilhas a fim de evitar impactos como erosão e compactação do solo;</li> <li>- Destinação adequada aos resíduos sólidos;</li> <li>- Cuidados com a gestão da água.</li> </ul>

**Quadro 1:** Impactos positivos do turismo em comunidade indígena:

Observa-se, que o turismo na comunidade indígena Nova Esperança proporcionou vários benefícios, levando a crer que o desenvolvimento do turismo foi uma escolha apropriada para a comunidade. Como afirma Lewis (2001) turismo é uma forma de implementar a sustentabilidade econômica, ambiental e social, já que: (i) comunidade garante recursos e financiamentos; (ii) cria uma estrutura organizacional no local; (iii) o turismo proporciona a articulação com empresas e instituições externas a comunidade.

Por outro lado, os moradores da comunidade também refletiram sobre a existência de alguns impactos negativos ocasionados ou agravados pelo turismo, conforme mostra o Quadro 2.

<b>Sociais</b>	<b>Econômicos</b>	<b>Ambientais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Curiosidade dos turistas em se aproximar de áreas reservadas somente à comunidade;</li> <li>- Diferenças sociais (exemplo: os idosos não participam do turismo);</li> <li>- Algumas vezes a distribuição da renda não ocorre de maneira equitativa.</li> <li>- A FUNAI muitas vezes atrapalha e tenta proibir o desenvolvimento do turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dependência da renda do turismo;</li> <li>- Tendência em abandonar outras atividades para trabalhar com o turismo.</li> <li>- A atividade não está regulamentada e isso gera desconfiança durante a negociação do preço dos serviços perante as agências de turismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O excesso de visitas provoca o desgaste das trilhas;</li> <li>- Dificuldade de ver alguns animais silvestres que eram vistos com frequência e facilidade;</li> </ul>

**Quadro 2:** Impactos negativos do turismo em comunidade indígena:

Os impactos observados no quadro acima podem ser minimizados com planejamento e gestão, baseados num conceito que permita a identificação de soluções eficiente e eficazes, sobre uma estrutura holística que inclua política, planejamento e desenvolvimento de forma a garantir que os benefícios do turismo sejam distribuídos equitativamente entre todas as partes interessadas (DOUGLAS, 2006; RUHANEN, 2006; LIM E COOPER, 2009).

A propósito, segundo a WTO o turismo sustentável deve: 1) fazer uma utilização ótima dos recursos ambientais que constituem o elemento chave no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade; 2) respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar o seu patrimônio cultural e valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural; e 3) assegurar viabilidade e longo prazo das operações econômicas, proporcionando benefícios socioeconômicos a todos os interessados e que sejam distribuídos de forma justa, contribuindo para a redução da pobreza (WTO, 2001).

#### **4.2 O posicionamento do Órgão Indigenista**

Segundo a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, órgão oficial que trata das questões indígenas no Brasil, “o turismo em área indígena não é proibido, entretanto não existe legislação que o regulamente” (E1\_FUNAI). Dessa forma, o receio da FUNAI é que o turismo provoque nas comunidades todo tipo de mazela social, como alcoolismo, exploração sexual, aculturação, danos ao meio ambiente, dentre outros problemas, conforme comentado por E3\_FUNAI .

<sup>1</sup> Turismo Sustentavel em Comunidades Indigenas da Amazonia. Revista de Administração de Koraima - KARK, Ed 2, Vol2, p 17 -28 , 2º Sem – BoaVista, 2012.

As funções da FUNAI, segundo os entrevistados são: “fiscalizar, acompanhar e executar ações realizadas em áreas indígenas; cuidar da saúde indígena; garantir que os planos, projetos e qualquer iniciativa econômica sejam adequados e apropriados à autonomia e sustentabilidade dos povos indígenas”, conforme E2\_FUNAI.

Ao serem questionados sobre o que a FUNAI entende por desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, obteve-se respostas controversas. Pois a FUNAI fala que os índios tem autonomia para escolher suas atividades econômicas, mas por outro lado diz que seu papel é garantir que tudo seja apropriado a sustentabilidade e autonomia indígena:

Para os povos indígenas, desenvolvimento sustentável é ter autonomia pra escolher as suas atividades econômicas, suas formas de se relacionar com a sociedade, com o meio ambiente, com a terra. Que é uma compreensão diferente para cada povo. A questão de ter uma renda, por exemplo, para alguns povos indígenas mais primitivos e isolados, falar em renda causa problemas sociais irreversíveis, por isso é necessário reflexão. Tanto nos programas sociais políticos, quanto nas atividades econômico-financeiras, para que não haja uma estratificação social, porque a sociedade indígena normalmente é organizada de maneira diferente da comunidade não indígena. E ela não é organizada por renda (E1\_FUNAI).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados identificam-se a satisfação da comunidade e a diferenciação da qualidade de vida promovida pelo turismo, assim como sua preocupação ambiental. Observa-se ainda que pensar o empreendedorismo nesta ou em outras comunidades, acaba por causar desconforto para as autoridades, que por ausência de informação, conhecimento e sensibilidade não enxergam, o turismo como uma atividade econômica importante para a região Amazônica, preferindo a manutenção da dependência em relação aos poderes públicos e as ONG's. Este desconforto leva o poder público a não regulamentar a atividade, o que asseguraria a prática do turismo de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável.

Observou-se que as lideranças indígenas veem no turismo uma forma de obter renda, valorização da cultura e melhoria da qualidade de vida. Algumas lideranças afirmaram que tem dificuldade em implementar o turismo em função do posicionamento da FUNAI, que por diversas vezes os proibiram de receber visitantes.

Este órgão oficialmente apóia as decisões tomadas pelos indígenas, sendo seu papel fiscalizar, acompanhar e executar ações pertinentes aos povos indígenas, partindo da premissa que a decisão dos povos indígenas em optar pelas formas de desenvolvimento é soberana, e é obrigação daquele órgão apoiar. Ao mesmo tempo se posiciona de forma contrária às atividades econômicas nas comunidades, já que, mesmo havendo legislação a respeito desde o

ano de 1986, a mesma nunca foi regulamentada, fazendo com que toda a atividade econômica indígena, com interveniente não indígena seja considerada ilegal, restando às comunidades comerciar entre si, ou ficar na dependência de programas assistencialistas do governo, que mal garantem a segurança alimentar e promovem a dependência daquelas em relação estes.

A experiência da comunidade Nova Esperança com o ecoturismo enquanto atividade econômica pode ser considerada emblemática no Brasil. A comunidade iniciou suas atividades com turismo recebendo turmas de universitários. Na ocasião, a comunidade enfrentou percalços com a FUNAI, que se posicionou contra o desenvolvimento da atividade. Outras comunidades, incitadas por aquele órgão também se posicionaram de forma contrária. A comunidade se organizou e decidiu ir em busca de parceiros para o desenvolvimento do turismo. O grupo aceitou participar de uma oficina de sensibilização do Programa de Ecoturismo da Amazônia, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e após o diagnóstico e inventário turístico, a comunidade manteve o foco em formatar um produto turístico, a partir das potencialidades existentes.

Pouco tempo depois foi criada a ONG PRONESP Programa de Desenvolvimento Sustentável da Comunidade Nova Esperança, e de forma empreendedora foi em busca de recursos para implementar o turismo, assim conseguiram captar recursos para capacitação em turismo. Participaram de edital financiado Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF) da Organização das Nações Unidas. O objetivo do projeto era realizar capacitação para o desenvolvimento do turismo indígena, explorando de maneira sustentável uma série de trilhas ecológicas existentes dentro da comunidade, a trilha recebeu o nome de Trilha do Coatá. O projeto da comunidade foi selecionado e executado. Assim, a comunidade recebeu capacitação sobre gestão do turismo, gestão de resíduos e educação ambiental. Ainda com recursos do projeto, a comunidade construiu um escritório na capital Boa Vista e um centro de reuniões na sede da comunidade e vem executando a atividade turística de forma descontinuada devido ao seu caráter não regulamentado.

Com o passar do tempo a comunidade, já com o ecoturismo consolidado, sentiu a necessidade de expandir e melhorar os serviços, e vislumbrou a construção de restaurante e de uma pousada ecológica, entretanto o projeto foi paralisado em função da falta de infraestrutura básica (energia, água e comunicação), de modo a melhorar a vida dos moradores, bem como dos turistas, mas também por falta de segurança jurídica, parceiros não indígenas, dispostos a investir na atividade.

## REFERÊNCIAS

- BOLNICK, S. **Promoting the culture sector through job creation and small enterprise development in SADC countries: the ethno-tourism industry.** Geneva, International Labour Office, 2003.
- BUTTS; SINGH. Sustainable tourism as a tool for conservation and protection of the Amazon rainforest in Guyana? **Worldwide Hospitality and Tourism Themes.** Vol. 2, No. 2, pp. 173-185, 2010.
- BYRD, E. T. Stakeholders in sustainable tourism development and their roles. **Tourism Review,** Vol. 62, No. 2, 2007.
- COMISSÃO Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento-CMMAD. **Nosso Futuro Comum.** (2 ed.). Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.
- DOUGLAS, C. H. Small island states and territories: sustainable development issues and strategies – challenges for changing islands in a changing world. **Sustainable Development,** 14, pp.75–80, 2006.
- HINCH, T.; BUTLER, R. **Indigenous tourism: A common ground for discussion.** London: International Thomson, Business Press 1996.
- HITCHCOCK, M. Tourism and Ethnicity: Situational Perspectives. **International Journal of Tourism Research.** Vol. 1. pp.17-32, 1999.
- HUNTER, C.; GREEN, H. **Tourism and the environment: a sustainable relationship?** London; New York: Routledge, 1995.
- LERTZMAN, D. A.; VREDENBURG, H. Indigenous Peoples, Resource, Extraction and Sustainable Development: An Ethical Approach. **Journal of Business Ethics.** 56: 239-254, 2005.
- LEWIS, J.B. Self-development Rural Tourism: a Method of Sustainable Tourism Development. In: **Tourism, recreation and sustainability: linking culture and the environment** / edited by Stephen F. McCool and R. Neil Moisey. 2001.
- LIM, C. C.; COOPER, C. Beyond Sustainability: Optimising Island Tourism Development. **International Journal of Tourism Research.** Vol. 11, pp. 89–103, 2009.
- PATTERSON, S.; Sami tourism in northern Sweden: Measuring tourists' opinions using stated preference methodology. **Tourism and Hospitality Research.** Vol. 3, No. 4, pp. 357–369, 2002.
- SVEIBY, K.E. Aboriginal Principles for Sustainable Development as Told in Traditional Law Stories. **Sustainable Development.** Vol.17,pp.341–356, 2009.
- SCHEYVENS, R. Ecotourism and the empowerment of local communities. **Tourism Management,** 20, 245–249, 1999.
- SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental.** Vol.1. Tradução de Sustainable tourism management. Oxon: CABI. São Paulo: Aleph 2000.
- TIMUR, S.; GETZ, D. (2009). Sustainable tourism development: how do destination stakeholders perceive sustainable urban tourism? **Sustainable Development.** Vol. 17, pp. 220–232, 2009.

WTO. **Final report -Workshop on Sustainable Tourism Indicators for the Islands of the Mediterranean Kukljica**, Island of Ugljan, Croatia 21-23 March 2001.

UNWTO - World Tourism Organization. **Sustainable Tourism Development Guide for Local Planners**. WTO: Madrid, Spain, 2004.

WEAVER, D. (2009). Indigenous tourism stages and their implications for sustainability. **Journal of Sustainable Tourism**. Vol.18, No.1, 43–60, 2009.

WHITFORD, M.M.; RUHANEN, L. N. Australian indigenous tourism policy: practical and sustainable policies? **Journal of Sustainable Tourism**. Vol. 18, No. 4, May,475–496, 2001.